

# A teoria *queer* em uma pesquisa sobre a violência contra as mulheres

Ricardo Pimentel Mélo  
Universidade Federal do Ceará

Juliana Ribeiro Alexandre  
Universidade Federal do Ceará

## Sobre nossas escolhas

Este texto é fruto da pesquisa “Violência contra as mulheres e saúde: análise de programas de atendimento a homens autores de violência”, desenvolvida simultaneamente em quatro estados brasileiros, em parceria com pesquisadores de universidades federais e instituições relacionadas ao estudo das masculinidades e da violência de gênero, a saber: Gema, Rede de Homens pela Equidade de Gênero – RHEG, Instituto Promundo, Instituto PAPAÍ e a White Ribbon Campaign-Canadá.

Consideramos fundamental problematizar as relações que são construídas a partir de noções de gênero naturalizadas “masculinas” e “femininas” para, assim, colaborar com a promoção de saúde e atenuar o cometimento de novos atos violentos que se sustentam em relações desiguais de gênero, ao mesmo tempo em que este projeto busca o engajamento da população masculina na promoção da equidade de gênero e nas ações pelo fim da violência de homens contra as mulheres, por meio de campanhas como a Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra as mulheres”.

Neste trabalho propusemos a delimitar a rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, para demarcarmos quais ações nestes espaços eram voltadas aos homens denunciados por agressão, e se haveria nestes serviços, como um de seus objetivos, proposta de problematizar as relações que são construídas a partir de noções de gênero universalizadas e essencializadas.

Dessa forma, pudemos conhecer o único atendimento na cidade que é destinado a essa função, que vem sendo realizado no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a partir de visitas nas quais realizamos entrevistas com profissionais que idealizaram este serviço e que coordenavam sua execução, dentre elas a Psicóloga e a Assistente Social. (ver: MÉLLO & FURTADO, 2010; FURTADO, 2010; FURTADO & MÉLLO, 2010).

Neste capítulo, propomos discutir as principais referências que dão suporte à pesquisa e que contribuem para compreendermos o processo constitutivo das relações de gênero. Assim, nos alinhamos a uma postura crítica que questiona os modos de fazer ciência realistas e representacionistas. Por isso, problematizamos a construção de relações de gênero assumindo este debate contemporâneo, sustentado, em particular, sobre a Teoria *Queer*. Essa teoria questiona as práticas humanas de matriz heterossexual, que serviram e ainda servem de base a muitos estudos feministas, matriz que está fundamentada em corpos biológicos “naturalmente” sexuados. Ao contrário, a Teoria *Queer* enfatiza a “performance de gênero”, nos indicando que agimos produzindo modelos que julgamos como verdadeiros, a partir da naturalização dos gêneros, construindo relações de “estabilidade” e “naturalidade” entre corpo, sexualidade, gênero e modos de viver.

As principais referências às nossas discussões advêm dos trabalhos de Judith Butler (2008a, 2008b), Berenice Bento (2006) e Beatriz Preciado (2002, 2008) por realizarem permanente crítica à noção de identidade e contribuírem para a produção de modos de viver mais fluidos.

## Problematizando o gênero: do movimento feminista à teoria *queer*

A desnaturalização das identidades de gênero foi inicialmente proposta pelo movimento feminista que buscava explicar o histórico do processo de subordinação das mulheres. Questionando a ideia de “naturezas” masculinas e femininas, os estudos de gênero concebem as características atribuídas aos homens e mulheres como sendo socialmente construídas.

Berenice Bento, em sua obra “A reinvenção do corpo” (2006), propõe três tendências explicativas dos processos constitutivos das identidades de gênero, denominando-as de universal, relacional e plural, que permitiriam entender como o conceito de gênero se relaciona historicamente com a sexualidade, o corpo e a subjetividade. (BENTO, 2006, p. 69).

Ao publicar em 1949 “O segundo sexo”, Simone de Beauvoir (como uma das precursoras desse processo histórico de desnaturalização do gênero) questionou a noção de identidade feminina naturalizada a partir de uma “condição biológica” da mulher segundo a qual esta seria o que seu corpo determinava: feminilidade, reprodução e maternidade. Entendendo a subordinação das mulheres a partir de um patriarcalismo absoluto, Beauvoir concebe uma perspectiva oposicional/binária e universal tendo de um lado a mulher subordinada e do outro, o homem opressor. Se por um lado os questionamentos de Beauvoir permitiram compreender a desnaturalização da identidade feminina referente a um destino biológico, por outro contribuíram para a essencialização e a universalização dos gêneros.

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para defini-la. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1967, p. 57, v.1).

É importante considerarmos, porém, que para o movimento feminista era importante e estratégico buscar construir uma “identidade coletiva” que permitisse visibilidade ao movimento e que promovesse a conquista de espaços públicos.

Foi na década de 1990 que alguns questionamentos internos ao movimento feminista começaram a ser formulados com o objetivo de interrogar a concepção de mulher universal, de poder e da dimensão relacional para a construção de identidades de gênero. Tais questionamentos foram possíveis ao serem consideradas na argumentação variáveis sociológicas, tais como: nacionalidades, religiosidades, etnias, orientações sexuais etc. que, quando articuladas, permitiram pensar a construção de uma pluralidade de identidades de gêneros que anteriormente estavam concentradas em uma categoria “mulher” universalizada (BENTO, 2006).

O questionamento das categorias “universalizantes” favoreceu também a busca pelo movimento feminista de outros campos de estudos voltados, desta vez aos homens. Os estudos das masculinidades propuseram também o questionamento da existência do “homem” universal naturalmente violento, racional, competitivo e viril. Bento (2006, p. 74) afirma que as pesquisas realizadas por esse novo campo abandonam a ideia de que “o homem se constrói numa relação de oposição à mulher”, como até então a tendência universal sugeria, e eram orientadas pela premissa que o masculino e o feminino se constroem relacionalmente entre modos de viver que se articulam para a formação de identidades de gênero diversas:

“O novo conceito gênero permitiu a compreensão de que não é a anatomia que posiciona mulheres e homens em âmbitos e hierarquias distintos, e sim a simbolização que as sociedades fazem dela.” (LAMAS, 2000, p. 13).

As teses de Joan Scott foram fundamentais para essa discussão que questiona a diferença sexual como um atributo “natural”. A autora propõe que o gênero seja adotado como categoria analítica indicando: 1) a constituição das relações sociais que se sustentam em diferenças entre sexos; 2) a constituição de relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 88). Em suma, Scott aponta “os processos históricos que se articulam para formar determinadas configurações das relações entre os gêneros” (BENTO, 2006, p. 75).

Ao definir gênero como um elemento que constitui relações sociais que se baseiam em diferenças percebidas entre os sexos e que atuaria

significando relações de poder, Scott suscita, entretanto, críticas sobre uma conceituação de gênero a partir das diferenças sexuais, fundamentais para o avanço do movimento feminista e para a luta contra desigualdades, mas que também pode ser problematizada e questionada. Questionar a diferenciação entre sexos, ainda não questiona a organização biológica em machos e fêmeas, mas só a atribuição desigual de poder a eles. Como aponta Bento (2006, p. 76) poderíamos ainda nos fixar em binarismos que precisam ser questionados: “a diferença sexual pode levar a uma coisificação do gênero e a um marco implicitamente heterossexual para a descrição dos gêneros, da identidade de gênero e da sexualidade”.

Percebemos, portanto, como as duas primeiras tendências explicativas dos processos de construção das identidades de gênero (universal e relacional) apresentadas por Berenice Bento, cristalizam no referente binário (homem/mulher; feminino/masculino) o fundamento explicativo e constitutivo das teorias sobre sexualidade, subjetividade e gênero.

Uma das principais autoras que buscam romper com essa binaridade é Judith Butler. A questão fundamental é como podemos estudar e compreender as práticas humanas fora dessa binaridade? (BUTLER, 2008a). Como permitir que as vozes e as experiências de intersex, transexuais, travestis, *drag queens* e *drag kings* sejam ouvidas e significadas socialmente? É a partir dos estudos *Queer* que o heterossexismo que permeava as pesquisas e teorias feministas é denunciado e as experiências identitárias e sexuais “divergentes”, antes consideradas como patológicas, passam a ter representatividade.

A esta terceira tendência explicativa da constituição das identidades de gênero, Bento denominou “plural”, caracterizada principalmente pela crítica ao conceito de identidade e por pressupor o caráter performativo (e subversivo) das identidades de gênero, que será apresentado nos chamados estudos *Queer*.

Consideramos importante, porém, antes de apresentarmos esse movimento e a sua teoria (teoria *Queer*), discutir algumas performances que funcionam como base de organização desses estudos, compreendendo como a constituição de uma matriz heterossexual, que concebe o binarismo natureza-corpo/cultura-gênero como essencial e naturalizada, atua

como um dispositivo de controle do corpo e da sexualidade. Segundo Bento, as ideias que constituem o “*Queering*” são:

a sexualidade como um dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas. Em torno desse programa mínimo, propõe-se *Queering*, o campo de estudos sobre sexualidade, gênero e corpo. (BENTO, 2006, p. 81).

## Problematizando o corpo: a (des)construção da matriz heterossexual

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigarmos como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal [...]? (BUTLER, 2008a, p. 25).

É pesquisando sobre estas questões que Judith Butler, assim como outras teóricas-militantes *Queer*, apresentam em seus estudos os processos que, quando articulados, dão uma aparência a-histórica e natural às relações entre corpo e gênero e que permanecem regulando as práticas sexuais e os modos de viver.

Algumas teorias, como vimos no item anterior, definem o gênero como uma categoria socialmente criada como forma de significar as diferenças dos corpos sexualizados, a partir do dualismo que concebe o sexo/corpo como natural e gênero como cultural. Entretanto, quando o corpo passa a ser historicamente analisado, abre-se espaço para críticas à compreensão de que as condutas de gênero poderiam ser compreendidas a partir das diferenças entre corpos “naturais” e “distintos”.

Conforme estudos de Laqueur (2001) o isomorfismo - forma de definir a estrutura dos corpos comum no período grego e que permaneceu até o Renascimento (séc. XVII) - compreende a configuração de apenas um

corpo contínuo, no qual os órgãos reprodutivos eram vistos como essencialmente iguais. Ou seja, homens e mulheres eram dotados de pênis, por exemplo, mas no caso das mulheres o pênis era invertido. Essa lógica isomórfica permitia que os hermafroditas, no período renascentista, (fins do século XIII e meados do século XVII), tivessem seus corpos analisados judicialmente a partir das perspectivas de gênero e, segundo afirmava Laqueur, “os magistrados estavam mais preocupados com a manutenção das fronteiras sociais, o que hoje chamamos de gênero, do que com uma realidade corpórea”. (LAQUEUR, 2001, p. 117).

Ainda conforme Laqueur, na segunda metade do século XVIII, porém, mudanças políticas exigiam argumentos que justificassem a exclusão das mulheres da vida pública. As diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos, que não eram consideradas até então, passam a serem os elementos utilizados para legitimar a necessidade política de diferenciação biológica de homens e mulheres. Com a construção do dimorfismo, os corpos passam a existir como oposição, justificando diferenças e desigualdades “naturais” entre homens e mulheres. A diferença dos ossos, dos nervos e do prazer sexual são algumas das características corporais que diversificaram os corpos masculinos e femininos segundo interesses de gênero (BENTO, 2006, p. 115).

A linguagem científica contribuiu na produção dos corpos-sexuados na medida em que teve que ser dicotomizada para diferenciar os órgãos referentes aos corpos femininos e aos corpos masculinos. O que percebemos é que o discurso biológico ao “dar nome” aos corpos, ao contrário de uma descrição supostamente neutra da realidade, fabrica esses corpos, ou seja, o discurso age como um sistema que produz aquilo que procura descrever.

A partir do século XVIII percebe-se uma proliferação na produção de textos médicos referentes a uma moral dos gêneros baseados em diferenças na anatomia e na biologia dos corpos. Técnicas de correção de possíveis distorções anatômicas que afastassem o sujeito de seu “verdadeiro sexo” começam a ser buscadas (BENTO, 2006, p. 113).

Os estudos de Michel Foucault (1988) também foram fundamentais para compreender o processo de biologização/medicalização dos corpos.

O chamado “dispositivo da sexualidade” atuaria como produtor e regulador de um poder/saber sobre do sexo, construindo condutas sexuais normais e condutas sexuais patológicas. No primeiro volume do livro “História da Sexualidade” Foucault afirma que a partir de tais discursos de saber sobre o sexo:

multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e, sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação. (FOUCAULT, 1988, p. 37).

Foucault define dispositivo como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele” por meio de elementos discursivos e não discursivos e com uma função de dominação. (FOUCAULT, 2005, p. 246). O próprio conceito de sexo teria sido formulado a partir do dispositivo da sexualidade:

O discurso da sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais, etc. [...] um conjunto heterogêneo que estava recoberto pelo dispositivo da sexualidade que produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a idéia de sexo. (FOUCAULT, 2005, p. 259).

Desta forma, o dispositivo da sexualidade atuaria como forma dominante de normalização do sexo (órgãos, práticas), das chamadas identidades sexuais e de controle sobre a vida. Algumas tecnologias, hoje amplamente discutidas que demonstram a “força” da ação exercida pelo dispositivo da sexualidade sobre o corpo sexual são os tratamentos e a medicalização das crianças intersexuais e a gestão cirúrgica da transe-



xualidade. Também, pode ser exemplo, a proliferação do Viagra e toda a série de reposições hormonais propostas as mulheres. Preciado (2008) afirma que somos homens e mulheres de laboratório, materializando o poder do sistema fármacopornográfico (Ver: GALINDO & MÉLLO, 2010).

Na década de 1980, uma releitura da sexualidade foi proposta pelo meio acadêmico e por grupos que se formavam em torno da orientação sexual, vinculando a sexualidade a contextos sociopolíticos específicos e afastando concepções médicas e psicológicas sobre um “sexo verdadeiro”. Estas releituras foram pensadas a partir da discussão sobre os “interesses morais da burguesia, da formação de uma força de trabalho para a emergente indústria e o tema da [...] reprodução” em sua relação histórica com a sexualidade (BENTO, 2006, p. 78).

É nesse sentido que passam a ser propostos estudos separados do gênero e da sexualidade (por compreender que se constituem como experiências sociais distintas) que habilitassem a construção de teorias sobre a formação das identidades sexuais (e de gênero) fora da heteronormatividade. Como afirma Bento (2006, p. 79) era “necessário analisar deslocadamente a sexualidade do gênero, o gênero do corpo-sexuado, o corpo-sexuado da subjetividade e a sexualidade do corpo-sexuado”.

Bento analisa a concepção de Judith Butler que, fugindo do dualismo natureza/cultura, define gênero como “uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres” que é mantida a partir de uma matriz que define que os corpos possuem sexos com aparências e disposições heterossexuais “naturais” (BENTO, 2006, p. 87). Desta forma, tanto o corpo como o sexo e o gênero seriam construídos e regulados pelo dispositivo da sexualidade dentro da matriz heterossexual.

Por matriz<sup>1</sup> heterossexual, conceito formulado por Judith Butler a

---

1 Ainda que nem Butler nem Bento discutam o conceito de matriz, cremos ser apropriado dizer que este conceito foi desenvolvido por Ian Hacking (1999) a partir do conceito de “tipo” (a respeito ver: Mélo, 2006). Este se constitui como sendo a organização e seleção de aspectos de um acontecimento que toma determinada forma que se naturaliza. Então, um tipo homem ou tipo mulher, organizam-se em uma matriz sexual que constitui a espécie humana (e outras) a partir de dois tipos indivíduos (dimorfismo ou matriz heterossexual).

partir das teses de Monique Wittig e Adrienne Rich, entende-se o modelo discursivo que confere inteligibilidade cultural ao gênero relativa à naturalização dos corpos e dos desejos. Pressupõe que um corpo “coerente” possui um sexo estável expresso mediante um gênero estável. Assim, o masculino expressa homem e o feminino expressa mulher (BENTO, 2006, p. 77).

Entretanto, essa noção de um corpo-sexuado a-histórico, pré-discursivo, que vem sendo sustentada pela matriz heterossexual, encontra seus limites na experiência transexual. O transexual significará o corpo a partir da definição e identificação do gênero? Contrariando a matriz base que dá sustentação às normas de gênero que transforma o corpo como naturalmente heterossexuado (matriz culturalmente construída).

Criticando a noção de corpo pré-discursivo, Butler (2008a, p. 27) afirma que “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais.” A linguagem, como prática que produz efeitos de realidade concebidos como fatos (empíricos), cria e legisla relações sociais nas quais as pessoas tornam-se inteligíveis socialmente ao terem seus corpos nomeados, seu sexo definido. E essa definição é binária: homem ou mulher. Como nos diz Bento (BENTO, 2006, p. 89) os corpos já nascem operados por tecnologias sociais/culturais precisas. Daí Preciado enfatizar que os órgãos sexuais como tais não existem:

Os órgãos, que reconhecemos como naturalmente sexuais, já são produto de tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relações heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaciais e temporais enviesadas. A arquitetura é política. É a que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas. (PRECIADO, 2002, p. 26-27).<sup>2</sup>

2 Tradução dos autores do original: “Los órganos, que reconocemos como naturalmente sexuales, son ya el producto de tecnología sofisticada que prescribe el contexto en el que los órganos adquieren su significación (relaciones sexuales) y se utilizan con propiedad, de acuerdo a su “naturaleza” (relaciones heterossexuales). Los contextos sexuales se establecen por medio de delimitaciones espaciales y temporales sesgadas. La arquitectura es política. Es la que organiza las prácticas y las califica: públicas o privadas, institucionales o domésticas, sociales o íntimas”.

Antes mesmo de “nascermos” nosso corpo já está inscrito em um determinado campo prático-discursivo que, por meio da reiteração contínua de códigos socialmente considerados naturais, produz e torna legível esse corpo:

Quando o médico diz: “é um/uma menino/menina”, produz-se uma invocação performativa e, nesse momento, instala-se um conjunto de expectativas e suposições em torno desse corpo. São em torno dessas suposições e expectativas que se estruturam as performances de gênero. As suposições tentam antecipar o que seria o mais natural, o mais apropriado para o corpo que se tem. [...] As expectativas serão materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o futuro filho ou filha antes mesmo desse corpo vir ao mundo. (BENTO, 2006, p. 88).

À medida que os atos de gênero considerados adequados para um determinado corpo são interpretados e continuamente reiterados de acordo com as disposições “naturais” (heterossexuais) que este corpo supostamente pressupõe, “os corpos adquirem sua aparência de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo”. A este “estilo corporal” Butler denomina performatividades de gênero (BUTLER, 2008b). Para a autora performatividade é um ato complexo que não se limita ao ato de nomear dando vida a algo, mas sim como o poder reiterativo no qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia: “a performatividade deve ser entendida, não como um “ato” singular e deliberado, mas, antes de tudo, como prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia (BUTLER, 2008b, p. 18)<sup>3</sup>.

Quando nos perguntamos “o que faz alguém sentir-se homem/mulher?” percebemos que há referência a um ideal do que seja “homem” e “mulher”. “Ao se vincular o gênero a um conjunto de atributos relacionados ao homem e à mulher, está se falando das suposições baseadas na natureza que falaria por intermédio dos atos.” (BENTO, 2006, p. 94).

3 Tradução dos autores do original: “la performatividad debe entenderse, no como un “acto” singular y deliberado, sino, antes bien, como La práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra”.

Uma vez que buscam atingir esse “ideal”, as pessoas passam a agir por pressuposições do que seria adequado para o gênero que demanda. “Homens de verdade” são heterossexuais, agem com racionalidade, são viris, fortes, profissionais ativos, provedores. “Mulheres de verdade” são heterossexuais, agem emocionalmente, são passíveis, vaidosas, querem casar e ser mães.

Mas, como afirmava Foucault (2005), não há poder sem resistência. Se por um lado as idealizações de gênero têm por efeito discriminações (patologizações) das pessoas com práticas que diferem, “são estranhas” (*queer*) às normas, por outro lado, se abrem espaços para descontinuidades, resistências e mudanças. Os deslocamentos se apresentam, por exemplo: nos/nas homens/mulheres transexuais, que mudam seus corpos e lutam pelo reconhecimento de suas “identidades de gênero”; nos homens que desejam outros homens; nas mulheres que não querem ser mães; e em tantas outras manifestações consideradas “monstruosas” socialmente, por estarem além do “normalizado”, por subverterem a norma.

Os diferentes elementos do sistema sexo/gênero (homem, mulher, homossexual, heterossexual, transexual, intersexual) assim como suas práticas e pressupostas identidades sexuais não são mais do que máquinas, produtos, instrumentos e próteses que, continuamente, constroem e dão certa inteligibilidade aos corpos. É apenas com a compreensão dessa plasticidade dos corpos que se gera um movimento de legitimação das sexualidades construídas como alheias as normas e, portanto, estranhas a uma inteligibilidade social majoritária, ou seja, uma inteligibilidade heteronormativa:

As travestis, as *drag queens*, os *gays*, as lésbicas, os *drag kings*, os/as transexuais tem sido objeto de estudo e intervenção de um saber que se orienta pela medicalização das condutas. [...] A radicalização da desnaturalização das identidades de gênero [...] apontará que a identidade de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar. (BENTO, 2006, p. 22).

Quando o corpo passa a ser compreendido como produto cultural e o gênero como performance e não mais como expressão de uma natureza humana essencial, faz-se necessário o questionamento das categorias que definem um “sexo verdadeiro” e as tão distintas “identidades”. Desta forma, podemos concluir que:

Se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há uma identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiro ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. (BUTLER, 2008a p. 201).

Percebemos que a matriz heterossexual que vincula o gênero a uma estrutura binária, orientou a luta feminista em todo o seu percurso histórico e é agora questionada na medida em que, de certa forma, se afastou de pessoas que organizavam a sexualidade, seus desejos, seus modos de viver, seus corpos, fora da heteronormatividade. Conforme Preciado:

A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente em cada corpo recém-nascido, deve re-inscrever-se o re-instituir-se através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos (masculino y feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2002, p. 23)<sup>4</sup>.

Somente com o estranhamento das categorias corpo, sexo, sexualidade e gênero é que as relações naturalizadas entre estas categorias podem ser questionadas e suas formas, criticadas: irrompem os movimentos *Queer*.

## Problematizando a “identidade”: multidões e a teoria *queer*

O que estamos caracterizando como o terceiro momento de estudos de gênero - o movimento *Queer* - está relacionado à problematização de

---

4 Tradução dos autores do original: “La (hetero)sexualidad, lejos de surgir espontáneamente e cada cuerpo recién nacido, debe re-inscribirse o re-instituirse a través de operaciones constantes de repetición y de re-citación de los códigos (masculino y femenino) socialmente investidos como naturales.”

vínculos estabelecidos entre as categorias de gênero, sexualidade e subjetividade. Tal movimento compreende o corpo em permanente processo de construção e com múltiplos sentidos, o que permitiria a legitimação de sexualidades antes segregadas inclusive moralmente e legalmente.

Antes dos movimentos *Queer* os estudos sobre gênero e sexualidade consideravam estas categorias como construções históricas e não como fatos naturais e passaram a questionar as posições indentitárias de gênero que preconizavam modos de ser homem e mulher. O movimento *queer*, como parte integrante desse processo de questionamento, problematizou a categoria “mulher” que foi adotada nos movimentos feministas e, ao mesmo tempo tornou bastante questionável a utilização de termos identitários baseados em posturas biomédicas e psicológicas, na medida em que delimitam estruturas que mascaram a construção do gênero culturalmente.

Butler sustenta a crítica da exigência de uma política de modos de viver que impinge um “sujeito estável”. Tal exigência parte de premissas fundacionistas que sustentam a noção de um sujeito - como afirma a autora- sustenta:

a invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em serem governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social. Esse fundacionismo revelar-se-ia paradoxal uma vez que se fixaria, restringiria em categorias os sujeitos. (BUTLER, 2008a, p. 213).

Entretanto, se pensarmos gênero como performance, como um efeito produzido e colocado em circulação por práticas reguladoras heterossexuais, compreenderemos que “não há uma identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2008a, p. 48). Significa dizer que o que torna a pessoa “coerente” não são determinadas características essenciais e lógicas da condição vivida como natural de ser uma pessoa, mas normas de inteligibilidade social historicamente produzidas e mantidas.

Se não há uma “identidade”, uma ontologia do gênero, uma noção de substância permanente, aquilo que sustentaria e viabilizaria as “substâncias” homem e mulher torna-se uma ficção ameaçada pelas expressões performáticas de gêneros que se apresentam como deslocamentos, dissonantes da sexualidade, do corpo, da subjetividade. Como exemplos podemos citar as mulheres transexuais lésbicas e os homens transexuais gays. O corpo funciona como um *locus* de produção de contra-discursos ou construir paródias à ordem de gênero, mas, também, mesmo parecendo resistência, pode reproduzir performances “adequadas” a norma heterossexual. No entanto, Bento questiona como seria possível explicar “[...] a emergência de movimentos e de identidades contingentes que têm a pluralidade e o trânsito entre os gêneros como princípio, que se fundamentam não na ambiguidade, mas na pluralidade?” (BENTO, 2006, p. 85).

A partir dos anos sessenta do século vinte parece ter havido um deslocamento do sujeito da enunciação científica que promove uma espécie de ruptura epistemológica e uma nova topografia do conhecimento, por meio da desconstrução do saber hegemônico sobre a sexualidade e o corpo que chega ao final do século com produção de uma multiplicidade de “saberes situados” sobre estas categorias. Assim, fruto do questionamento da possibilidade de se chegar à verdade última e a generalização universalizante do saber científico, apresenta-se outros modos de fazer ciência.

Aqueles que até agora haviam sido produzidos como objetos abjetos do saber médico, psiquiátrico, antropológico, os chamados “subalternos” (Guha, Spivak), os “anormais” (Foucault), vão reclamar progressivamente a produção de um saber local, um saber sobre si mesmos, que põe em questão o saber hegemônico. (PRECIADO *apud* CARRILLO, 2007, p. 392).<sup>5</sup>

No contexto de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), há o surgimento e a proliferação de movimentos sociais de várias nações, de grupos que

---

5 Tradução dos autores do original: “Aquellos que hasta ahora habían sido producidos como objetos abyectos del saber médico, psiquiátrico, antropológico, los “subalternos” (Guha, Spivak), los “anormales” (Foucault), van a reclamar progresivamente la producción de un saber local, un saber sobre sí mismos, que pone en cuestión el saber hegemónico.”

reúnem diferentes “minorias” étnicas, sexuais e corporais. Estas “minorias” questionam, dentre outras coisas, a matriz heterossexual que dita as normas sobre os corpos biológicos “naturais” e regulam práticas e saberes sobre a sexualidade, o corpo e o gênero.

Os movimentos, representados por grupos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, se justapõem e formam uma multidão<sup>6</sup>. A esta multidão, formada por pessoas consideradas abjetas, pelos ininteligíveis, pelas deformados, pelos pervertidos, pelos *gays*, lésbicas, *drag kings*, *drag queens*, transexuais, intersexuais etc., denominou-se *Queer*. É neste sentido que, em entrevista a Jesús Carlo realizada em 2004<sup>7</sup>, Beatriz Preciado afirma que “os movimentos *Queer* denunciam as exclusões, as falhas da representação e os efeitos da renaturalização de toda política de identidade.” (PRECIADO, *apud* CARRILLO, 2007, p. 379).<sup>8</sup>

O termo *Queer* foi cunhado do inglês e na literatura estadunidense engloba os termos “*gay*” e “lésbica”, libertando-se do sentido depreciativo com que foi historicamente empregado, uma vez que foi utilizado inicialmente para se referir a desvios sexuais ou perversões, bem como utilizado também como um insulto que significava “veado”, “sapatão”, “bicha”. Butler afirma que:

O termo *queer* surge como uma interpelação que considera a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade *no seio* da performatividade. Este termo tem operado como uma prática linguística cujo propósito tem sido o da degradação do sujeito a que se refere, ou melhor, a constituição desse sujeito mediante esse apelativo degradante. *Queer* adquire todo seu poder precariamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos. Trata-se de uma invocação através da qual se foi estabelecendo um vínculo entre comunidades homofóbicas. Esta interpelação se faz eco de

6 Por isso deixamos “minorias” entre aspas.

7 Original disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/392989/Beatriz-Preciado-por-Jesus-Carrillo>>.

8 Tradução dos autores do original: “[...] los movimientos *Queer* denuncian las exclusiones, los fallos de las representación y los efectos de renaturalización de toda política de identidad.”



## Gênero, Corpo e @tivismos

outras interpelações passadas e une a todos os falantes como se eles falassem uníssonos através do tempo. (BUTLER, 2002, p. 3).<sup>9</sup>

A multidão *Queer* que forma-se por/em múltiplos corpos, portanto, não reivindica uma identidade natural e não esta relacionada a um terceiro sexo/gênero. Critica os discursos que constroem corpos como “normais” ou “anormais” e afasta-se de modo definitivo de lógicas binárias que caracterizou a produção de saberes sobre nossos modos de vida humana:

Objetiva produzir análises mais complexas do poder e da opressão, afastados da lógica binária de dominação (bem/mal, homem/mulher, hetero/homo, gay/lésbica, branco/negro...) que deveriam levar a uma resolução dialética além do gênero e da sexualidade.”(PRECIADO *apud* CARRILLO, 2007, p. 400).<sup>10</sup>

Compreendendo a heterossexualidade como uma tecnologia social, como estratégia política, e não como a origem fundadora de um saber sobre o “verdadeiro-sexo” que legitime formas de viver mais genuínas e convenientes que outras, o movimento *queer* busca, além da desontologização do sujeito e da política sexual, uma des-identificação, convidando o próprio indivíduo a compreender que sua vida é múltipla e a construir conceitos de prazer e saber sobre o corpo e a sexualidade que deslizam, com atritos inevitáveis, na superfície do tempo de nossas vidas.

9 Tradução dos autores do original: “El término *queer* surge como una interpelación que plantea la cuestión de la fuerza y de la oposición, de la estabilidad y la variabilidad *en el seno* de la performatividad. Este término ha operado como una práctica lingüística cuyo propósito ha sido el de la degradación del sujeto al que se refiere o, más bien, la constitución de ese sujeto *mediante* ese apelativo degradante. *Queer* adquiere todo su poder precisamente a través de la invocación reiterada que lo relaciona con acusaciones, patologías e insultos. Se trata de una invocación a través de la cual se ha ido estableciendo un vínculo entre comunidades homofóbicas. Esta interpelación se hace eco de otras interpelaciones pasadas y una a todos los hablantes como si éstos hablaran al unísono a través del tiempo.”

10 Tradução dos autores do original “intentan llevar a cabo análisis más complejos del poder y de la opresión, alejados de la lógica binaria de la dominación (bien/mal, hombre/mujer, hetero/homo, gay/lesbiana, blanco/negro...) que deberían llevar a una resolución dialéctica más allá del género y de la sexualidad.”

## Ainda algumas considerações

Ao longo deste texto problematizamos algumas categorias (gênero, corpo, sexualidade, identidade) que, ao serem compreendidas como naturais, construíram formas de viver reguladas por tecnologias discursivas e não discursivas que visam à manutenção de interesses sócio-políticos e culturais. O gênero é um exemplo de categoria que, praticada como essência, segue produzindo um modelo ideal de “mulher” e de “homem” que muitos tentam performativamente alcançar e podendo gerar sofrimento na medida em que impede nosso fluir.

Muitas são as desastrosas consequências da naturalização de nossas condutas. Por exemplo, a violência no campo das masculinidades (as ações de agressão, de coerção etc.) faz com que, muitas vezes, ela não seja socialmente problematizada, levando a análises circulares do tipo: ele é violento por isso comete violência. Entendendo, porém, como ocorrem os processos constitutivos das masculinidades em nossa cultura, não podemos falar em uma categoria “homem” universal. Se há homens cometendo atos violentos, outros são vítimas e/ou condenam estas práticas (LIMA et. al., 2007).

Nesse contexto, devemos buscar compreender como a norma de gênero organizada em nossa cultura cria mecanismos de controle das práticas sociais que contribuem para experiências de adoecimento/sofrimento daqueles “sinalizados” por características e compromissos naturalizados como masculinos. Medrado e Mélo (2008), ressaltam a importância de ações críticas e éticas em relação às práticas discursivas que funcionam como tecnologias de controle dos corpos e da sexualidade e que se estendem desde as relações institucionais e culturais até as relações que constituem o meio acadêmico e a pesquisa. Para os autores:

Questionar as estratégias de poder-saber que constituem nossos corpos como rigidamente e naturalmente inscritos (ou produzidos) em performances sexistas vale para as práticas institucionais, sejam governamentais ou não, práticas culturais e também as nossas práticas de pesquisa nos meios acadêmicos. Inclui, também, analisar criticamente as leis e os sistemas judiciário e penal que regulamentam práticas sexistas, prisioneiros de concepções que robuste-

cem os modelos identitários contra os quais nos posicionamos. (DANTAS & MÉLLO, 2008, p. 84).

Como prática de resistência-criação, só mesmo promovendo ações que permitam o questionamento de práticas que estão construindo e (re) afirmando relações de gênero que funcionam mais como camisas de força do que utensílios que nos protegem e em algum momento desejamos retirá-los e nos despir, não em busca de uma essência, mas em busca de uma viagem-aventura que subverte funções (a boca deixa de ser receptáculos de alimentos; as mãos abertas ou fechadas deslizam sem rumo) fundando alegria e prazer. Devemos promover outros efeitos políticos que simplesmente perseguir normalizações que sequer sabemos o porquê de suas existências. Desta forma, as possibilidades de mudanças serão favorecidas. Por isso, escolhemos essa perspectiva para nortear nossa pesquisa.

## Referências

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v. 1; v. 2.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, J. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. (Ed.). **Sexualidades transgressoras**: uma antologia de estudos *queer*. Barcelona: Icaria, 2002. Disponível em: <<http://www.tuslibrospdf.com/97600/sexualidades-transgressoras--una-antologia-de-estudios-queer/>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Tradução e A. Bixio. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008b.

CARRILLO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100016&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100016&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 20 fev. 2009.

FURTADO, L. E. **Passos e espaços** – violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica. 2010. 102 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FURTADO, Luísa Escher & MÉLLO, Ricardo P. **Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal de homens que agridem mulheres.** Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis (SC), 23 a 26 de agosto de 2010. ISSN 2179-510X. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278246016\\_ARQUIVO\\_artigofazendogenero-mexidoporRicardoeLuísa\\_limpo\\_.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278246016_ARQUIVO_artigofazendogenero-mexidoporRicardoeLuísa_limpo_.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Tradução: Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALINDO, D.; MÉLLO, R. P. Piratarías de gênero: experimentos estéticos *queer-copyleft*. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 2, p. 239-245, abr./jun. 2010.

HACKING, I. **The social construction of what?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LAMAS, M. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 84/85, p. 12-25, mar./ago., 2000.

LIMA, D.; MEDRADO, B.; CAROLO, H.; NASCIMENTO, M. **Homens pelo fim da violência contra a mulher: educação para a ação.** Recife: Instituto Papai, Promundo e White Ribbon Campaign, 2007.

MEDRADO, B.; MÉLLO, R. P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. especial, 2008.

MÉLLO, R. P. **A construção da noção de abuso sexual infantil.** Belém: EDUFPA, 2006.

MÉLLO, R. P. & FURTADO, L. E. Corpos e espaços híbridos na Delegacia da mulher em Fortaleza. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 42-51, 2010.

PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual.** Madri: Ópera Prima, 2002.

\_\_\_\_\_. **Testo Yonqui.** Madri: Espasa, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.